

**NA LUTA PELOS SEUS DIREITOS: MEMÓRIA E IDENTIDADE
DE UMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO NO
NORTE DO TOCANTINS¹**

***IN A FIGHT FOR THEIR RIGHTS: MEMORY AND IDENTITY OF A
REMAINING QUILOMBO COMMUNITY IN THE NORTHERN OF
TOCANTINS***

Rita de Cássia Domingues Lopes *

RESUMO: Trata-se do estudo sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente, localizada em Araguatins, Região do Bico do Papagaio, norte estado do Tocantins, que estão buscando em suas memórias e nos seus elementos identitários a relação com seu território físico, ambiental e simbólico. Os dados foram obtidos através do trabalho de campo utilizando reuniões, entrevistas, observação participante, além do mapeamento do território e levantamento de fontes secundárias. Os resultados obtidos demonstram que a comunidade começou a ocupar a ilha após a assinatura da Lei Áurea em 1888 tendo sido doada aos ex-escravos pelo antigo dono e hoje seus descendentes continuam vivendo na ilha, mas após o conflito que gerou o despejo dos moradores fez com que eles se reorganizassem na busca e na luta pelos seus direitos, principalmente, o direito ao território, isto é, em continuar morando/vivendo dentro da ilha.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Remanescente de Quilombo; Ilha de São Vicente; Direitos; Memória; Identidade.

¹ Trabalho apresentado na IV Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE), realizada entre os dias 04 a 07 de agosto de 2013, Fortaleza-Ceará-Brasil.

* Doutoranda em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis, Curso de Ciências Sociais – Licenciatura. Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Educação e Política/UFT-CNPq. Membro do NEAF/UFT-Tocantinópolis e sócia efetiva da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). E.mail: ritadomingues@uft.edu.br

ABSTRACT: This is a study about the Remaining Community of Quilombo São Vicente's Island, located in Araguatins, Bico do Papagaio region, in the northern state of Tocantins, who are seeking in their memories and in their identities elements the relation between their physic territory, environmental and symbolic. The obtained data were through the fieldwork using meetings, interviews, participant observation, in addition to the mapping of the territory and survey of secondary sources. The results obtained show that the community started occupying the island after the signing of Lei Áurea in 1888, the former owner donated it ex-slaves, and nowadays their descendants are still living in the island. However, after the conflict that resulted the eviction from the residents, it made them reorganize themselves seeking and fighting for their rights, mainly, the right to the territory, so they could keep living within the island.

KEYWORDS: Remaining community of Quilombo; São Vicente's Island; Rights, Memory, Identity.

Introdução

A Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente, localizada no município de Araguatins, Região do Bico do Papagaio, norte do estado do Tocantins, vem buscando em suas memórias e nos elementos identitários a relação existente com o seu território físico, ambiental e simbólico demonstrando as relações sociais estabelecidas dentro e fora da comunidade. A comunidade passou pelo processo de reconhecimento quilombola em 2010², iniciando a luta pelos seus direitos, após um conflito gerado por parte de uma pessoa que se diz proprietário de terras dentro da ilha.

O artigo discutirá os conceitos de memória e identidade como elementos importantes na luta pelos direitos ao território, partindo do pressuposto que as identidades são construídas dentro do grupo social e que cada grupo demonstrará quais são seus elementos de particularidade que os distingue dos outros grupos sociais.

² A Comunidade Ilha de São Vicente teve seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 09 de dezembro de 2010, e a portaria foi publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010).

A pesquisa foi desenvolvida através de trabalho de campo utilizando reuniões, observação participante e entrevistas com moradores e lideranças da comunidade. Foi feito também registro audiovisual através de fotografia e gravações.

Comunidades Remanescentes de Quilombo no Brasil e no Tocantins: breve contextualização

Como Carlos Valle (2012, p. 86) afirmou a identidade é uma “categoria que compreende grande amplitude de fenômenos...”, mas de um modo geral, envolve o indivíduo e a sociedade. Neste sentido, é um processo de construção de significados, baseados em um conjunto de atributos culturais que predominam sobre outras fontes de significado. Manuel Castells a define como “fonte de significado e experiência de um povo” (2006, p. 22). A identidade permite um indivíduo localizar-se num dado sistema social e ser localizado por este. Conforme Ronsini a construção da identidade gera “processos simbólicos de pertencimento em relação a referentes como cultura, nação, classe, grupo étnico ou gênero” (2002, apud OLIVEIRA; MORTARI, 2006).

Nesta perspectiva, a identidade constitui em função de um grupo que permite ao sujeito sua inserção num conjunto social, mas também depende das performances individuais destes mesmos sujeitos no jogo cênico da realidade oferecida.

Assim, temos uma dessas construções identitárias que é o grupo étnico³ e para seu entendimento deve-se levar em consideração situações e contextos socioculturais etnograficamente descritas (VALLE, 2012) para que possam expressar casos específicos e ao mesmo tempo, características que os aproximam. Considerando que

É pelas relações entre grupos étnicos que as identidades podem ser acionadas e aferidas positiva ou negativamente, outra maneira de dizer que a objetividade das relações interétnicas se expressa simbólica e politicamente pelos processos de operação identitária (VALLE, 2012, p. 89).

³ Grupos étnicos são tratados aqui na perspectiva de que são “formas organizacionais estabelecidas por meio de fronteiras (étnicas) operadas por princípios de inclusão e exclusão de membros, como verificado por Barth (1969) e Roberto Cardoso de Oliveira (1976)” (VALLE, 2012, p. 89).

A discussão sobre identidade nos leva a olhar para as comunidades remanescentes de quilombo, como dirão Schmitt; Turatti e Carvalho (2002) numa perspectiva:

... de fundamentar teoricamente a atribuição de uma identidade quilombola a um grupo e, por extensão, garantir – ainda que formalmente – o seu acesso a terra trouxe a tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos negros e ultrapassar o binômio fuga-resistência, instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar estas conformações sociais (2002, p. 1).

Hoje, os grupos que são considerados remanescentes de quilombos se constituem uma grande diversidade de processos, de acordo com Schmitt; Turatti e Carvalho (2002) e Almeida (2011) incluem: fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. Muitas terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombos são chamadas de terras de preto, terras de santo ou santíssimo (ALMEIDA, 2009; MOURA, 2007). Ou ainda território negro, indicando coletividades camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

É importante referir neste momento o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, onde em seu artigo 2º considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Em dados divulgados pela Fundação Cultural Palmares (FCP)⁴ até abril de 2017 no Brasil tinham sido emitidos 2.494 certidões de autodefinição, mas são identificadas pela FCP em torno de 2.958 comunidades remanescente de quilombo. No Tocantins são 44 comunidades remanescentes de quilombo reconhecidas pela Fundação Palmares e há outras em processo de certificação⁵.

Na região norte do Tocantins há 10 (dez) comunidades remanescentes de quilombo que são: Projeto Baviera e Pé do Morro (município de Aragoimas); Cocalinho (município de Santa Fé do Araguaia); Grotão (município de Filadélfia); Dona Juscelina (município de Muricilândia); Ilha de São Vicente (município de Araguatins); Carrapiché, Ciriáco e Praxata (município de Esperantina)⁶ e a Comunidade Pombo localizada em Axixá do Tocantins, que ainda não foi certificada pela FCP, mas se auto-reconhece como remanescente de quilombo segundo informações da Organização Não-Governamental Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO, 2012), (Figura 1, a seguir).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁷ informa-nos que de 1995 a janeiro de 2017⁸ no Brasil foram emitidos 220 títulos em 152 territórios, oferecendo garantia de território para 294 comunidades remanescentes de quilombo.

No Tocantins somente uma comunidade até o momento, isto é, em junho/2017, a Comunidade Kalunga do Mimoso, localizado nos municípios de Arraias e Paranã, sudeste do estado, que recebeu a posse das primeiras áreas desapropriadas para

⁴ A Fundação Cultural Palmares vinculada ao Ministério da Cultura que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira. Uma de suas ações é a certificação de áreas quilombolas, emitindo documento após receber pedido das comunidades que se auto-reconhecem como remanescentes de quilombos.

⁵ Informações disponíveis em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/quadro-geral-15-05-2017.pdf>. Acesso: maio de 2017.

⁶ Informações retiradas do documento intitulado “Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQS) atualizadas até a Portaria Nº 146/2017, publicada no DOU de 25/04/2017”, publicado pela Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/CERTID%C3%95ES-EXPEDIDAS-%C3%80S-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-25-04-2017.pdf> Acesso: maio de 2017.

⁷ O INCRA é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação das terras quilombolas.

⁸ Informações retiradas do Relatório sobre os Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas, atualizado em 05/04/2017, organizado pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária através da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (mimeo).

a regularização de territórios quilombolas⁹. A Comunidade Grotão, município de Filadélfia, já teve sua portaria de reconhecimento publicado em 2013 e aguarda o decreto de desapropriação. Há outras quatro comunidades que tiveram seus Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) publicados no Diário Oficial da União¹⁰, são elas: Ilha de São Vicente (município de Araguatins); Cocalinho (município de Santa Fé do Araguaia); Barra do Aroeira (municípios de Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins e Novo Acordo); Lajeado (município de Dianópolis) e agora estão aguardando a portaria de reconhecimento e na sequência do processo, o decreto de desapropriação e, por fim, a titularização.

A figura 1, a seguir, demonstra através de setas os municípios onde estão localizadas as nove comunidades remanescente de quilombo certificadas pela Fundação Cultural Palmares no norte do estado do Tocantins. Lembrando que há, no momento, 44 comunidades em todo o estado.

⁹ Informações disponíveis em: <http://www.incra.gov.br/incra-recebe-posse-de-imoveis-para-implantacao-de-territorio-quilombola-em-tocantins>. Acesso em: junho de 2013.

¹⁰ Informações disponíveis em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf. Acesso em: maio de 2017.

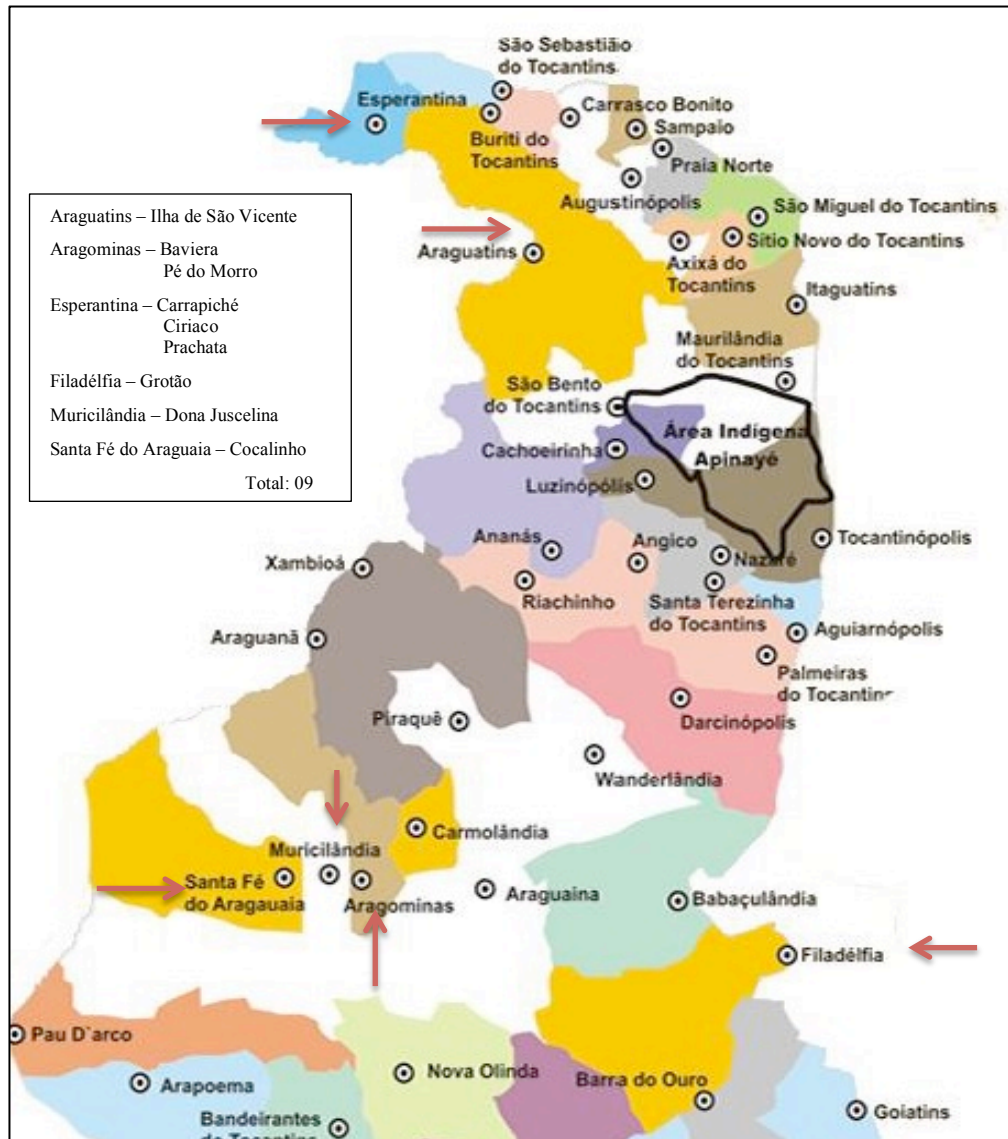


Figura 1. Mapa que demonstra as ocorrências de comunidades quilombolas no Estado do Tocantins, originalmente elaborado por Luciano Pereira, adaptado pela autora através de um recorte da região norte do estado para localizar as comunidades remanescentes de quilombo dessa região.

Fonte: Tocantins. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/211361/>. Acesso em: maio/2017.

A Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente

A Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente está localizada no rio Araguaia, no município de Araguatins¹¹, estado do Tocantins. A maioria das famílias que residem na comunidade se auto-reconhece como remanescentes de quilombo e são descendentes de Henrique Julião Barros e Maria Batista Barros (ambos ex-escravos). Atualmente são em torno oito famílias morando na comunidade, vivendo sem infraestrutura básica como energia elétrica, água encanada, saneamento básico, escola e posto de saúde. Os demais remanescentes mantem sua casa na comunidade e moram na sede do município justamente por falta de infraestrutura básica.

No que concerne à infraestrutura, as crianças em idade escolar vão estudar nas escolas localizadas na sede do município de Araguatins. O transporte até a cidade é feito de lancha escolar e leva em torno de 20 minutos para chegar à beira rio e de lá as crianças seguem andando para as escolas. Há dois jovens que moram na comunidade e fazem curso superior em Araguatins.

No que se refere ao modo de produção para subsistência, as famílias vivem do trabalho agrícola e da criação de pequenos animais como galinhas. As plantações são feitas em lotes individuais e plantam milho, feijão, arroz, pimenta e mandioca. Pela área da comunidade há frutas como manga, mamão, maracujá, carambola caju, murici, limão, laranja, acerola, abacaxi, banana entre outras. Coletam coco babaçu para extração do óleo e fazer carvão vegetal, além de utilizar as folhas da palmeira de babaçu para cobrir suas casas e fechá-las nas laterais (paredes). Em algumas casas há hortas individuais plantadas com cebolinha, coentro, tomate, quiabo, coentro do Pará (chicória) entre outros temperos.

Na cultura material produzem objetos feitos de palha como cesto, balaio, vassoura, abano entre outros. Todos para usufruto dentro da própria comunidade. A produção é feita, segundo informações obtidas durante o trabalho de campo, pela Dona Maria Barros e a matéria-prima é recolhida na própria ilha, tiradas da palmeira de babaçu localizadas nas proximidades das casas. No que concerne a religião há dois

¹¹ O município de Araguatins está localizado no Vale do Araguaia, em sua margem direita, no extremo norte do estado do Tocantins, mais conhecido como a Região do Bico do Papagaio, a uma distância de 625 km de Palmas, a capital do estado (AMADO, 2006, p.10).

grupos: um que se declara católico seguindo as tradições das festas de São José, N.^a S.^a do Rosário e São Lázaro. E um grupo que declara a fé na Igreja da Assembleia de Deus.

Depois da caracterização da comunidade, passemos ao fato que aconteceu em 2010 e que mobilizou toda família Barros, descendentes de Julião Henrique Barros (ex-escravo), os amigos e vizinhos solidários a esta família.

Em 26 de outubro de 2010, as famílias que viviam na ilha foram despejadas, expulsas de suas terras por força de uma liminar emitida pela justiça local, que atendeu a uma demanda judicial de uma pessoa que reivindica a titularidade da terra dentro da ilha de São Vicente. As famílias despejadas como a de Salvador Batista Barros (hoje com 81 anos) considerado o patriarca da comunidade, e de seu filho foram levadas para a casa de Pedro Barros (irmão de Salvador) localizada na mesma ilha, onde passaram em torno de 30 dias, entre outubro e novembro de 2010, lutando e aguardando o retorno às suas terras.

Durante o ato do despejo os pertences da família de seu Salvador foram retirados e transportados de forma inadequada, quebrando vários móveis e bens. Conforme disse seu Salvador, em entrevista concedida em maio de 2013:

... tomemos um grande prejuízo, porque pobre não tem nada, mas o pouco que tem que se acaba é prejuízo... guarda-roupa, cama, cadeira, chegou aos pedaços, ele faziam jogar dentro da canoa, até a foto da Rosângela [filha] da formatura se acabou (DOMINGUES-LOPES, 2014, p. 50).

Nesse momento, mostrou o quadro com a fotografia de sua filha Rosângela Barros que tinha caído no rio e molhado a foto, ficando a mesma manchada, provocando tristeza em todos os seus familiares por considerarem uma lembrança boa, uma fotografia bonita.

Um dia após o despejo as casas foram queimadas, uma outra casa teve as paredes e a plantação destruídas. E em entrevista concedida em maio de 2013, dona Maria da Luz (esposa do seu Salvador) narrou com muita tristeza esse momento:

... saímos no dia 26 de outubro [2010] quando foi dia 27 de outubro, eles destruíram, eu vim aqui de tarde por umas quatro horas pra dá comida pros porcos e pra ver se conseguia pegar o resto das galinha, o que podia fazer pra levar, né, e não deu pra pegar nada, daí fui embora... quando cheguei lá em baixo fiquei olhando pra cá e vi o fumaçeiro... acabou foi com tudo, com a roça de mandioca e carregaram os nossos porco do chiqueiro (DOMINGUES-LOPES, 2014, p. 50).

Neste interim, a comunidade se mobilizou, organizou uma assembleia, redigiu um documento onde assumiram que são remanescentes de quilombo, dizendo: “... nos auto-identificamos como comunidade remanescente de quilombo”, anexaram a lista dos presentes nesta assembleia e deram entrada ao Processo de Reconhecimento Quilombola na Fundação Cultural Palmares.

A comunidade organizou uma associação chamada Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da Ilha São Vicente (ACREQUISVI) fundada em 19 de dezembro de 2010. E em 27 de dezembro do mesmo ano (2010) a Fundação Palmares emitiu a Certidão de Autodefinição da Comunidade, a portaria foi publicada no Diário Oficial da União, nº 228.

Após o despejo da família de Salvador Barros de sua casa na ilha, a mesma se uniu e reuniu forças também dos vizinhos e amigos, que procuraram informações documentais e encontraram. Tais documentos foram utilizados pela comunidade como provas para dizer e “confirmar” que são descendentes de escravos. Mas também fizeram com que os mais velhos da comunidade se lembrem das ‘histórias antigas’, isto é, indo nas memórias da época em que eram crianças e jovens na Ilha de São Vicente.

Michael Pollak (1989), entende que a memória seja ela individual ou coletiva é um processo de construção social, assim, ele aponta três critérios que compõem este processo de construção, são eles: “acontecimentos, personagens e lugares,” conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos numa sociedade humana, a noção de espaço está associada à ideia de localização de lugares que são importantes para os remanescentes de quilombo, não apenas por estarem associados às atividades de reprodução social, mas por serem referências importantes para a construção da identidade cultural.

No primeiro encontro que tive com o Seu Salvador, em maio de 2013, uma das pessoas mais velhas da comunidade e o que foi atingindo diretamente pelo despejo, disse-nos com muita convicção que eles são descendentes de escravo e com a necessidade de provar o que estava dizendo perguntou-me “tem um livro que conta a nossa história, a senhora já viu esse livro?”.

O livro que ele estava se referindo é de Leônidas G. Duarte¹², intitulado “*De São Vicente a Araguatins*”, datado de 1970, que conta a história da cidade de Araguatins, através de vários fatos históricos, políticos e sociais. O autor fez uso de vários documentos e o transcreveu no livro, o que levou vários anos reunindo e organizando tais documentos. No centenário da cidade em 1968 o divulgou e em 1970 publicou-o. Há um registro neste livro chamado “Uma dívida resgatada com seres humanos” onde informa que o fundador da cidade, Vicente Bernardino Gomes em 1869, enviou um emissário para receber uma dívida que possuía no município de Carolina-Maranhão, e como pagamento recebeu oito escravos sendo dois casais com os seus filhos, entre eles: Henrique Julião Barros, apelidado de Henrique Cacete.

Segundo informações obtidas durante o trabalho de campo realizando entrevistas e observação participante, as duas famílias são: a Família Barros e a Família Noronha. Depois da assinatura da Lei Áurea em 1888, Vicente Bernardino Gomes doou a Ilha de São Vicente para seus ex-escravos morarem, e assim o fizeram. A família Barros ocupou a ilha e a família Noronha foi para a margem esquerda do rio Araguaia, localizada no Pará.

Henrique Julião Barros (ex-escravo) casou Maria Batista Barros, e tiveram sete filhos, nascidos e criados na ilha e ficaram conhecidos por *Henriques*, segundo relatos dos seus descendentes e outros moradores da cidade.

Maurice Halbwachs (1990) vai defender que as recordações são sempre originárias no grupo social ao qual o sujeito faz parte. Para ele, a lembrança será evocada na coletividade e pressupõe as histórias de vida das pessoas. São lembranças que de alguma maneira conta a história da comunidade.

¹² Leônidas Gonçalves Duarte (1890-?), foi neto do fundador da cidade de Araguatins, Vicente Bernardino Gomes.

Em trabalho feito por Coelho (2010) sobre a mesma comunidade, a autora obteve informações sobre a história com os moradores da cidade e escreveu:

Pedro Duarte Barros, nascido em 1926 em Araguatins, filho de Virgílio Gomes de Barros que era neto do fundador do antigo município de São Vicente, afirma que todos em sua família confirmam o fato que os primeiros ocupantes da Ilha São Vicente posto que todos cresceram na família. Afirma que os ex-escravos Henrique Cacete mudaram para a ilha, com a intenção de fixar moradia, em 1888. Ele afirma que se lembra disso porque vivenciou grande parte do tempo dessa ocupação e o usufruto do lugar pelos descendentes do casal de escravos que para lá mudaram quando se tornaram livres (COELHO, 2010, p. 04).

Outra moradora da cidade de Araguatins entrevistada por Coelho em 2010 foi Benvida M. Correa, na época com 80 anos, que disse:

... outros descendentes daqueles escravos vindos à época da fundação: os descendentes, provavelmente do outro casal que foi dado em pagamento a Vicente Bernardino, que foram morar do outro lado do rio, formando um povoado parente dos *Henriques* da ilha. Eles ficaram conhecidos como os '*tapiocas*', apelido que iroza a cor da pele deles visto que a tapioca – produzido com a fécula da mandioca – é branca, por oposto, tem a pele bastante negra. Os *Tapiocas*, sempre tiveram estreitas relações com os *Henriques*, formando alianças nos negócios, no plantio da lavoura e através dos casamentos entre seus descendentes (COELHO, 2010, p. 06. Itálicos da autora).

Assim, além da memória sendo reativada a cada momento em que a história é contada, somou-se a “comprovação” do livro, que para os moradores da comunidade é de extrema importância para o processo da afirmação de sua identidade.

Os estudos empreendidos por Halbwachs (1990) contribuíram definitivamente para a compreensão da memória, para ele a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que as lembranças são construídas. A rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos.

A memória se modifica e se rearticula conforme a posição ocupada e as relações são estabelecidas nos diferentes grupos que se participa. Também está submetida a questões inconscientes, como o afeto, a censura entre outras.

As memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica, e incluem elementos mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo. Um dos elementos mais importantes, que afirmam o caráter social da memória, é a linguagem. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio de linguagem. Lembrar e narrar se constituem na linguagem. Como afirma Ecléa Bosi (2007), a linguagem é o instrumento socializador da memória, pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas como o sonho, as lembranças e as experiências recentes.

Por isso, somado a memória e a identidade, a fonte documental citada que foi o “livro” serviu de apoio para o recurso que transcorreu na justiça para o retorno das três famílias que foram despejadas ao seu território de origem, e assim conseguiram voltar às suas casas, mesmo que destruídas para continuar vivendo na terra onde sempre viveram.

A comunidade ocupa a margem direita do rio Araguaia na Ilha de São Vicente¹³, mesmo local que ocupava antes do despejo, mas a área de ocupação que compreende moradia e uso foi diminuindo com o passar do tempo devido às outras ocupações de pessoas não-quilombolas dentro da mesma ilha.

Os moradores da comunidade contam a relação que tem com o rio Araguaia e a margem esquerda onde está o estado do Pará e para onde foram morar a família dos Noronha, assim como a sua relação com a ilha e com a cidade de Araguatins.

As relações com o rio Araguaia são evidentes, pois é de lá que tiram seu sustento, é o caminho para chegar à cidade de Araguatins, para atravessar e chegar do outro lado rio onde moram os parentes da família Noronha. Durante o período das

¹³ “Tem seu início em frente à cidade de Araguatins, possui 2.851 hectares de terra e ainda aproximadamente 33 propriedades em toda a sua extensão. Ainda possui grandes árvores da Floresta Amazônica, que cercam suas areias” (AMADO, 2006, p. 35). Segundo informações obtidas no RTID da comunidade Ilha de São Vicente a dimensão da ilha é de 2.503,0437 hectares (DOMINGUES-LOPES, 2014, p. 113).

praias, como é conhecido na região o período que se estende de julho a setembro, onde as águas dos rios baixam e formam-se bancos de areia na margem e no meio do rio. Neste momento, a região é local para onde muitos se deslocam para acampar, pescar, descansar, enfim, é o período de lazer para alguns e de trabalho para outros, tanto para quem mora próximo às praias ou distante.

Durante o trabalho de campo, ouvi falar muito desse período e que na frente da Ilha de São Vicente forma-se uma praia chamada Praia dos Noronha, que leva esse nome devido à família Noronha, já citada. Segundo Irenildes Amado é “excelente local para acampamento. Aproximadamente 30 minutos de viagem até à praia” (2006, p. 37).

Outra praia citada foi a Praia da Ponta, que se forma na extremidade da Ilha, local mais próximo de Araguatins, os moradores mais antigos da comunidade contaram que no período das praias era possível ir caminhando até Araguatins pelo leito do rio com suas águas baixas.

O transporte utilizado pela comunidade para chegar à sede da cidade de Araguatins é o barco, então, muitos tem *rabeta*¹⁴, há também uma voadeira com motor 25 hp, e uma lancha escolar que faz o transporte escolar das crianças que vão estudar na cidade. Assim, com tais meios de transporte a comunidade mantém “... uma intensa rede de interação com a sociedade local” (Almeida, 1988, 1998; Gomes, 1996 *apud* CHAGAS, 2001).

Muitos moradores da comunidade mantêm uma casa na cidade demonstrando a intensa relação entre a ilha e a cidade, que eles chamam de rua. “Ir à rua” significa ir à cidade, para dirigir-se à escola, ou ao hospital, ou ao banco, enfim, aos serviços básicos que não existem na Ilha.

Desta forma, o registro faz-nos pensar e situar a análise numa perspectiva de Clifford Geertz quando diz que mobilizamo-nos a entender que o eixo básico da história, da importância dada pelos nativos – neste caso, dos Remanescentes de Quilombo Ilha de São Vicente – está no ato de “... anotar a sua rede de significados que

¹⁴ Canoa com um motor de popa que sustenta o eixo de transmissão e em sua ponta fica a hélice. Tem pouca potência, mas de fundamental importância no deslocamento da comunidade.

se produz e reproduz na dimensão territorial como construção cultural” (GEERTZ, 1989, p. 29).

No cenário encontrado na Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente, as identidades incorporadas são resultado das experiências cotidianas e da assimilação memorial dos que os antecederam. A identidade e a memória desta comunidade são construídas dentro do grupo social considerando que cada grupo demonstra quais são seus elementos de particularidade que os distingue dos outros grupos.

Desta forma, a partir do conflito gerado pela disputa de terra que levou ao despejo e a mobilização da comunidade pelo retorno à terra, fez vir à tona a identidade quilombola, e levou aos mais velhos um elemento novo que desconheciam, pois antes os “... grupos se constituíram identitariamente a partir de uma noção de que eles ‘são dali mesmo’, de ‘uma mesma família’” (CHAGAS, 2001, p. 227). Como disse seu Pedro Barros (irmão de Salvador Barros) em entrevista concedida em maio de 2013, “... ser quilombola gostei, porque a gente está dentro de uma comunidade... Tá dentro de uma comunidade de família”.

Como diz Souza & Gusmão, quando os moradores das comunidades remanescentes de quilombo ao se perceberem como quilombola ocorre um problema que é da “autoatribuição anterior ou posterior ao reconhecimento jurídico, isto é, a questão sobre os sujeitos passam a se autoatribuírem quilombolas diante da defesa de seu lugar de moradia e sustento e [neste sentido, aborda] a questão da etnicidade” (2011, p. 82).

Há de se considerar que a “identificação quilombola está inserida num movimento de reconstrução e valorização da identidade negra” (SOUZA & GUSMÃO, 2011, p. 84), e podemos observar este trabalho de educação e valorização também na Comunidade Ilha de São Vicente.

Os jovens estão se mobilizando para trabalhar esta identidade e já encontraram um novo significado para assumir essa identidade, que foi à possibilidade de acesso a políticas públicas específicas para os remanescentes de quilombo, como

aquelas voltadas para a educação e a luta para garantir o direito à terra de seus ascendentes.

A identidade dos moradores da comunidade quilombola Ilha de São Vicente partindo dos pressupostos acima demonstram que são identidades construídas e acionadas dentro de um contexto social, neste caso específico, gerado a partir de um conflito por terra, acionando também elementos da memória e da história do grupo para ratificarem quem são, onde moram/vivem e sua relação com os demais grupos de moradores da ilha e de Araguatins.

Desta forma, a comunidade remanescente Ilha de São Vicente se formou e está se fortalecendo para garantir seus direitos não somente sobre a posse da terra, mas sobre os direitos garantidos na Constituição e nos outros decretos e leis voltados às comunidades quilombolas.

Considerações finais

Nos quilombos contemporâneos a memória compõe-se elemento essencial na formação da identidade quilombola. Neste sentido, os moradores da comunidade, a organização sociocultural e religiosa, os costumes ocupam papel importante na discussão sobre identidades, uma vez que disseminam, reforçam, constroem e desconstroem as representações recebidas dos ancestrais de um dado momento da história. E oferecem os mapas memoriais que guiam a interpretação e a constituição de suas próprias identidades e as identidades de outros.

Como disse Cardoso de Oliveira (1976), a identidade é construída a partir do contato e do contraste com outros grupos sociais, onde cada um se firma perante o outro, enquanto único, e os elementos de identidade próprios são construídos não apenas por oposição aos demais grupos, mas justamente para opor-se a outro grupo, reconhecendo as devidas diferenças.

Desta forma, todo processo de identificação leva, simultaneamente, à inclusão e à exclusão, isto é, a pessoa identifica aqueles que são iguais perante algum ponto e os distingue daqueles diferentes. Assim, a identidade depende de um contraponto, de um processo de diferenciação, de separação, de ruptura para ganhar significado. As identidades e as divisões a que implicam os sujeitos não são práticas neutras, estão permeadas por conflito e negociação. Nesse sentido, a identidade é também uma questão de poder e de política (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976).

Assim, a identidade, a memória e as lembranças que são acionadas e contadas pelas comunidades quilombolas e por aqueles que não são quilombolas demonstram uma história construída socialmente e localmente. Mas que coadunam com uma história nacional de mobilização e luta por reconhecimento de povos remanescentes de quilombo espalhados pelo país.

Sendo a identidade uma questão de poder e de política, o grupo social que constrói e dá significado ao lugar, como a Comunidade Ilha de São Vicente constrói sua identidade a partir dos vínculos de parentesco que unem as famílias entre si, além dos vínculos de afinidade. O pertencimento ao lugar, a memória de suas referências históricas e ao grupo de parentesco/afinidade garante uma identidade que liga as pessoas, e, desta forma, constroem-se o imaginário e a realidade de pertencimento ao lugar com direito ao lugar onde vivem que deve ser respeitado e garantido pelo Estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. In: GODOI, Emília P.; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. (Orgs.) *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução Social – v.2*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 39-66.

AMADO, Irenildes M. M. *Araguatins: geografia do município*. Palmas: UNITINS, 2006.

APA-TO. *Os Territórios Quilombolas no Tocantins*. Tocantins: APA-TO (Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins), 2012. 34p.

BRASIL. Decreto Nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003. *Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm Acesso em: junho de 2013.

BRASIL. Portaria nº162, de 21 de dezembro de 2010. *Registra e Certifica as Comunidades que se autodefinem como remanescente de quilombo, entre elas a Comunidade Ilha de São Vicente, Araguatins-Tocantins*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 247, p. 50, de 27 de dezembro de 2010. Seção 1. A comunidade foi registrada no Cadastro Geral nº 13, registro 1419, folha 35.

BRASIL. INCRA. *Incra recebe posse de imóveis para implantação de território quilombola em Tocantins*. Publicado no dia 12.06.2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/incra-recebe-posse-de-imoveis-para-implantacao-de-territorio-quilombola-em-tocantins>. Acesso em: junho de 2013.

BRASIL. INCRA. *Andamento dos Processos - Quadro Geral*. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadro_geral.pdf Acesso em: maio de 2017.

BRASIL. INCRA. *Relatório Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas*, atualizado em 05.04.2017 (mimeo).

BRASIL. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)*. Dados atualizados até 25.04.2017. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/quadro-geral-15-05-2017.pdf>. Acesso: maio de 2017.

BRASIL. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Comunidades certificadas: certidões expedidas*. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/CERTID%C3%95ES-EXPEDIDAS-%C3%80S-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-25-04-2017.pdf> Acesso: maio de 2017.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. 14ª Ed., São Paulo: Cia das Letras, 2007.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. 5ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CHAGAS, Miriam de Fátima. “A política do reconhecimento dos ‘remanescentes das comunidades dos quilombos’”. *Horizontes Antropológicos: Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, pp. 209-235, julho/2001.

COELHO, Leonídia Batista. *Comunidade da Ilha de São Vicente em Araguatins-TO*, 2010. (mimeo)

DOMINGUES-LOPES, Rita de Cássia. *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, Araguatins – Tocantins*. Palmas: INCRA-TO, 2014. 121p. (mimeo)

DUARTE, Leônidas Gonçalves. *De São Vicente a Araguatins*. Marabá: J.C. Rocha Editor, 1970.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

MOURA, Gloria (Org.). “Educação Quilombola”. *Boletim n. 10*, Rio de Janeiro: Salto para o Futuro, 2007.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

OLIVEIRA, Vanessa de; MORTARI, Elisangela Carlosso Machado. “Quilombos contemporâneos: a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra”. In: *Anais do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0718-1.pdf> Acesso em: maio de 2013.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria C. Mazoli; CARVALHO, Maria C. Pereira. “A atualização do conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas”. In: *Ambiente & Sociedade*, Ano V, nº 10, Campinas, 1º Semestre de 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>. Acesso em: maio de 2013.

SOUZA, Márcia Lúcia A. de; GUSMÃO, Neusa M^a M. de. “Identidade Quilombola e Processos Educativos presentes num quilombo urbano: o caso do Quilombo Brotas”. *Educação & Linguagem*, vol. 14, n. 23-24, pp. 75-93, jan.-dez., 2011. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewFile/2911/2740> Acesso em: maio de 2013.

TOCANTINS. *Mapa – Ocorrências de comunidades quilombolas no Estado do Tocantins*. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/211361/>. Acesso em: maio/2017.

VALLE, Carlos Guilherme O. do. “Identidade e Subjetividade”. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (coord.) *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/ABA, 2012, p. 86-93.

Recebido em 06/06/2017

Aceito em 27/07/2017